

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como o IVA Dual, regulamentado pela Reforma Tributária, será implementado na prática? -
CONSULTÓRIO JURÍDICO

.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como ficam os impostos após a sanção da regulamentação da Reforma Tributária pelo
presidente da República? (Artigo)

.....4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tropeça com preço de alimentos.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma taxa fundos de imóveis e do agro e vai reduzir rentabilidade.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas dizem que não é recomendável sair dos fundos no momento.....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Facilidade a "post" de ódio e supremacista.....9

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump ameaça Putin com tarifas e dá prazo de 100 dias para guerra acabar.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump mira a soberania tributária dos países e busca ditar regras que lhe convém.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mercado está errado sobre a perspectiva dos juros nos EUA (Artigo).....13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil e México são os mais vulneráveis na América Latina, diz Citi.....15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

No clima, todos perdem, inclusive os EUA.....16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Chaga aberta na saúde global.....17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Governo quer baixar a inflação na marra (Editorial).....19

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Trump e o 'privilégio exorbitante' do dólar (Artigo).....	21
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com tarifação de Trump só na ameaça, dólar cai 1,4% e fecha abaixo de R\$ 6.....	23
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Se necessário, governo terá novas medidas fiscais, diz Ceron.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Governo mira inflação e deve adotar ações que indústria e varejo desejam.....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Intervenção artificial para derrubar inflação não funciona, alertam economistas.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Perse: depois da tempestade não vem a bonança - OPINIÃO JURÍDICA.....	29

Como o IVA Dual, regulamentado pela Reforma Tributária, será implementado na prática? - CONSULTÓRIO JURÍDICO

CONSULTÓRIO JURÍDICO

A **Reforma Tributária** foi aprovada e trará uma nova forma de tributação no país. A extinção do PIS, Cofins, ICMS, ISS e, parcialmente, do IPI deu origem a novos **tributos** e novas nomenclaturas.

A proposta inicial de um único "IVA" foi adaptada para o modelo de "IVA Dual", com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Além disso, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre atividades consideradas prejudiciais à saúde. O IBS substituirá o ICMS e o ISS, com a arrecadação destinada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, enquanto a CBS substituirá o PIS e o Cofins, com a arrecadação destinada à União.

Esses **tributos** buscam a neutralidade, permitindo o abatimento do valor pago na etapa anterior. Em 2026, será realizado o teste de arrecadação com alíquotas de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS.

Em 2027, o PIS e o Cofins serão extintos, marcando o início da vigência plena da CBS, juntamente com a cobrança do Imposto Seletivo. Entre 2027 e 2028, o IBS terá alíquotas de 0,05% para os estados e 0,05% para os municípios. De 2029 a 2032, o IBS será gradualmente aumentado, enquanto o ICMS e o ISS sofrerão uma redução progressiva até serem completamente substituídos.

As alíquotas ainda não foram regulamentadas.

No entanto, as empresas devem ficar atentas às regras de transição e avaliar a carga tributária gerada pelo novo regime.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Como ficam os impostos após a sanção da regulamentação da Reforma Tributária pelo presidente da República? (Artigo)

Gustavo Lanna Do GVM Advogados, professor de pós-graduação na PUC-MG

A espinha dorsal do PLC foi mantida na nova lei, mas houve alguns vetos importantes. O primeiro deles diz respeito à isenção da tributação de fundos de investimentos imobiliários e agropecuários, que passarão a ser tributados pelo IBS e CBS. Há dúvidas sobre como isso será implementado, pois pode ocorrer bitributação (o que é proibido), caso tanto as operadoras quanto as empresas financeiras que fazem a interface com os investidores sejam tributadas.

Outro veto governamental crítico, que poderá ser levado à análise dos tribunais devido à previsão constitucional de imunidade na exportação de minérios, foi a revogação da isenção para exportação desses bens.

Por outro lado, um veto favorável e interessante para os contribuintes foi o que eliminou a solidariedade entre comprador e vendedor nas operações de e-commerce. Essa solidariedade poderia ser alvo de judicialização, já que o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que deve haver interesse comum para justificar a solidariedade no recolhimento de **tributos**. Com o fim dessa solidariedade, inicialmente prevista pelos congressistas, a possibilidade de judicialização diminui consideravelmente.

A alíquota geral foi fixada em 28%, acima da trava de 26,5%. Agora, resta observar como o governo irá equalizar essa diferença até 2031, prazo estabelecido para alcançar a carga tributária prevista no texto constitucional. A ideia é reduzir benefícios fiscais ao longo desse período, mas ainda não está claro como isso será conduzido.

Com a implementação da reforma prevista para 2026, as empresas têm agora um período de transição para se preparar para as mudanças.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Governo tropeça com preço de alimentos

VICTOR CORREIA E FERNANDA STRICKLAND

O governo federal está em busca de uma solução ágil para conter a alta nos preços dos alimentos nos mercados. Conforme o Correio mostrou ontem, com a pressão da **inflação**, itens básicos da alimentação dos brasileiros, como arroz, feijão, leite e carne, têm registrado aumentos significativos nos últimos meses.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou, ontem, que o governo federal tomará medidas para reduzir o preço dos alimentos.

Segundo ele, a gestão vai adotar ações sugeridas pelas redes de supermercados, além de buscar produtores e ministérios para discutir o tema.

Conforme dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, o preço dos alimentos ficou 8,23% mais caro no acumulado de 2024, acima dos 4,83% do índice geral.

Isso preocupa o governo, já que impacta o bolso da população, principalmente os mais pobres, e gera insatisfação do principal eleitorado do petista. "A princípio, nós vamos fazer algumas reuniões com o ministro da Agricultura, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, que pega as pequenas propriedades, e o Ministério da Fazenda, para a gente buscar um conjunto de intervenções que sinalizem para um barateamento dos alimentos", declarou Rui Costa no programa Bom dia, ministro, da estatal Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O uso do termo "conjunto de intervenções" pelo ministro, porém, despertou temores sobre a adoção de ações diretas para forçar uma redução de preços, como tabelamento ou congelamento, que não deram certo no passado e geraram hiperinflação que só foi debelada com o Plano Real, em 1994. O governo, porém, negou essa possibilidade após a repercussão negativa da fala do ministro. "A Casa Civil informa que não está em discussão intervenção de forma artificial para reduzir preço dos alimentos", disse a nota divulgada pela pasta. "Ainda não é possível avançar no detalhamento de tais medidas antes da realização das reuniões que irão tratar do assunto", acrescentou. À noite, o ministro ainda deu entrevista à CNN e reforçou que o governo "trabalhará em medidas para baratear principais alimentos sem queda artificial de preços".

Na reunião ministerial de segunda- feira, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou de seus auxiliares uma solução rápida para a **inflação** dos alimentos. "Todo ministro sabe que o alimento está caro, e é tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo trabalhador, da dona de casa", enfatizou o chefe do Executivo.

Costa atribuiu a alta nos preços a questões climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul, que destruíram parcela considerável da produção de arroz. De fato, eventos extremos foram a principal causa, com impacto na produção de café, carne, leite, frutas, dentre outros produtos, mas há outros motivos. O desequilíbrio fiscal, por exemplo, tem elevado a desconfiança do mercado e dado um trabalho extra para o Banco Central, que não conseguiu entregar a **inflação** abaixo do limite da meta, de 4,50%, no ano passado, e não deverá cumprir novamente neste ano, pelas atuais projeções.

O ministro contou que as redes de supermercados sugeriram algumas medidas e o governo vai implementá-las no primeiro bimestre deste ano. "Vamos, a partir dessas primeiras reuniões, ouvindo também os produtores, buscar medidas que consigam reduzir o preço dos alimentos", disse. Ele ainda disse esperar que, com a safra de 2025, vários alimentos devam ficar mais baratos. Mas, na entrevista à CNN, descartou a proposta das redes de venda de produtos não-perecíveis com data de validade vencida.

Para Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio, o Executivo também enfrenta obstáculos em seu plano de recuperação econômica, pois os juros estão mais altos, encarecendo o crédito e limitando investimentos privados. "Nesse cenário, a condução de uma política fiscal responsável será crucial para equilibrar o controle inflacionário com o estímulo ao crescimento econômico", disse.

Segundo o CEO da Equity Fund Group, João Kepler, a previsão da **inflação** acima do teto da meta neste ano preocupa o mercado financeiro.

"Esse resultado é um sinal claro de que as pressões inflacionárias persistem e afetam diretamente o consumidor, corroendo o poder de compra e aumentando o custo de vida."

Propostas

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) mostrou-se disposta a colaborar com o governo

federal para enfrentar os desafios econômicos do Brasil, com foco na redução dos custos de vida, promoção da segurança alimentar e fortalecimento do varejo alimentar, um dos principais geradores de empregos no país. As propostas foram detalhadas ao presidente Lula, no fim do ano passado, e incluem ações concretas para baratear alimentos e controlar a **inflação**.

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Em consonância com a declaração recente do ministro-chefe da Casa Civil, que destacou a prioridade do governo em tornar os alimentos mais acessíveis, a entidade reforçou a importância de medidas específicas para aliviar a pressão inflacionária.

Entre as principais propostas está a reestruturação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) por meio do PAT e-Social, em parceria com a Caixa Econômica Federal, que poderia gerar uma economia de cerca de R\$ 10 bilhões anuais.

O presidente da Abras, João Galassi, destacou a abrangência das propostas. "As medidas que apresentamos podem gerar um impacto significativo no controle da **inflação**, na criação de empregos e na construção de uma economia mais justa e sustentável.

Com o apoio do governo, acreditamos que essas ações beneficiarão diretamente às famílias, especialmente as de baixa renda." Em nota, a Abras celebrou a recente sanção da **reforma tributária**, que criou a Cesta Básica Nacional de Alimentos livre de **impostos**. A entidade acredita que essa medida será um divisor de águas na redução do custo dos alimentos essenciais e no alívio financeiro das famílias brasileiras. "A desoneração da cesta básica é um avanço histórico que vai aliviar o orçamento dos brasileiros. Mas, para tornar isso ainda mais eficaz, precisamos continuar promovendo políticas que fortaleçam a cadeia produtiva e o varejo", afirmou Galassi. "Acreditamos que as ações propostas, se adotadas em conjunto com as políticas públicas já em curso, poderão trazer resultados expressivos no controle da **inflação** e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros", acrescentou. Com essas medidas, a associação espera criar um ambiente mais favorável para as famílias enfrentarem os desafios econômicos, ao mesmo tempo em que promove o crescimento sustentável do varejo alimentar.

"Vamos fazer algumas reuniões para a gente buscar um conjunto de intervenções que sinalizem para um barateamento dos alimentos"

Rui Costa, ministro da Casa Civil

Site:

Reforma taxa fundos de imóveis e do agro e vai reduzir rentabilidade

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Sancionada na semana passada, a regulamentação da **reforma tributária** estipula regras que farão com que passem a ser tributados os fundos de investimentos imobiliários do tipo "tijolo" - ou seja, os que investem em aluguéis e na compra e venda de imóveis - e os do agronegócio (Fiagro), o que vai interferir na rentabilidade de um segmento que mobiliza um patrimônio de R\$ 286 bilhões em ativos, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Advogados e gestores ainda avaliam como ficará a rentabilidade desses fundos com a tributação pelos novos **impostos** sobre consumo, o que vem provocando uma queda no Índice de Fundos de Investimentos Imobiliário (Ifix) superior a 2,4% desde a última sexta-feira.

No Congresso, as frentes parlamentares do empreendedorismo e do agronegócio já começam a mobilizar seus integrantes, que estão em recesso, para tentar derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que abriu caminho para a tributação (mais informações na pág.B2).

Segundo especialistas, é importante ressaltar que se trata de uma nova tributação que incidirá sobre as operações desses fundos, que têm a rentabilidade atrelada a aluguéis, arrendamentos e compra e venda de bens imobiliários. "A tributação diminuirá a receita a ser distribuída pelos fundos imobiliários por meio de dividendos, a menos que haja uma renegociação nos valores dos aluguéis cobrados", explica Claudio Algranti, da gestora de fundos imobiliários Galoppo.

Para o investidor que entrou no lançamento inicial do fundo, a previsão é de que haja redução patrimonial. Já os que entraram via mercado secundário terão ajustes no valor de suas cotas.

A incidência do Imposto de Renda sobre o rendimento desses fundos não foi alterada. Ou seja, nos casos em que há isenção de IR sobre os dividendos pagos pelos fundos imobiliários e Fiagros - que beneficia os chamados fundos de varejo, a maior parte dessa indústria -, a regra segue valendo.

As novas regras começarão a ter efeitos em 2027, quando terá início de forma gradual a nova tributação sobre o consumo com a instituição da CBS (novo imposto federal) e do IBS (imposto de Estados e municípios).

A alíquota incidente será equivalente a 30% da alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nas operações com locação e a 50% nas operações de vendas de imóveis.

Ou seja, caso a alíquota de referência do IVA fique ao redor de 28%, como sinalizou a Fazenda, a alíquota ficará em 8,4% no aluguel e 14% na venda. Os fundos imobiliários "de papel" - que aplicam e têm rendimentos derivados de operações financeiras - não serão tributados.

Patrimônio

As duas modalidades de fundos têm R\$ 286 bi em ativos, segundo a Anbima

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas dizem que não é recomendável sair dos fundos no momento

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Antes que o investidor tome uma decisão sobre sair ou não da aplicação em fundos imobiliários ou em Fiagros, em razão da mudança da tributação, que só entrará em vigor em 2027, os especialistas advertem que é preciso estar atento a alguns fatores. "É preciso esperar que a regulamentação seja concluída. Pode ser que isso caia no Congresso e, além disso, é uma regra que se inicia apenas em 2027. É prematuro o mercado precificar todo o risco imediatamente. Houve um primeiro choque, mas o mercado vai se ajustando", diz Claudio Algranti, da gestora de fundos imobiliários Galoppo.

A possibilidade de queda do veto presidencial que abre caminho à tributação desses fundos é real. "Derrubar o veto que foi colocado na regulamentação da **reforma tributária** ao dispositivo que era uma salvaguarda e garantia de que os fundos não seriam tratados como contribuintes é fundamental", disse o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) em vídeo publicado em suas redes sociais.

Jardim integra as frentes do agronegócio e do empreendedorismo, que já mobilizam seus parlamentares na Câmara.

JUROS. Algranti lembra ainda que as perspectivas de alta da taxa básica de juros (Selic) e de um crescimento econômico menor já têm afetado o desempenho dos fundos imobiliários.

Assim, uma decisão prematura de sair dessas aplicações pode fazer com que o investidor realize um prejuízo. Para ele, o momento de baixa, ao contrário, sugere que há boas opções de entrada nessas aplicações.

Os novos fundos imobiliários, na avaliação do gestor, já deverão levar em conta a nova tributação. "Não significa que esse tipo de fundo vá perder atratividade. Haverá novos fundos mais ajustados à essa tributação", diz.

Os Fiagros, cujo patrimônio acumulado gira em torno de R\$ 41 bilhões, seguem a mesma lógica, afirma o tributarista Henrique de Palma, sócio do escritório Cescon Barriou. Os fundos que são dedicados a ativos financeiros podem escapar da tributação. Mas Fiagros

que são baseados em ativos como fazendas ou em contrato de parceria agrícola, em que se divide uma fatia da produção, serão taxados.

"Quem recolhe o imposto é o fundo, que passa a ser tributado. Isso tem impacto para fins de rentabilidade do fundo", diz Palma.

"Pode ser que haja um efeito sobre a atratividade dos fundos tijolo." A incidência de tributação sobre os fundos imobiliários do tipo "tijolo" e os Fiagros passará a valer em razão do veto a um dispositivo que estipulava que os fundos poderiam escolher se gostariam ou não de ser contribuintes.

Soa contraditório, mas os fundos que alugam ou vendem imóveis para empresas podem usufruir do benefício de usar os créditos dessa tributação para abater seus **impostos**, caso sejam contribuintes.

Se não forem, esses créditos não existirão.

Segundo o Ministério da Fazenda, o veto foi feito por decisão da área jurídica do governo, que entendeu que a opção por não ser contribuinte poderia gerar um benefício tributário novo, que não foi acordado na aprovação da **reforma tributária** em 2023.

Reação

Bancadas do agro e do empreendedorismo já se mobilizam para derrubar veto no Congresso

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Facilidade a "post" de ódio e supremacista

GABRIELLA BRAZ

Reportagem da agência de checagem Aos Fatos aponta que o novo manual da Meta - dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp - pode permitir discursos de ataque contra minorias, com frases como "eu odeio mulheres" ou, até mesmo, afirmações supremacistas, do tipo "brancos são melhores do que negros". A big tech anunciou suas novas diretrizes em 7 de janeiro prevendo a redução da moderação e o fim da checagem de conteúdo.

Segundo a agência, o primeiro ponto a ser destacado entre as mudanças da Meta é a substituição do termo "discurso de ódio" por "conduta de ódio". A diferença entre um e outro é que o discurso refere-se às manifestações preconceituosas, enquanto que a conduta é uma ação criminosa que pode ser estimulada pelos discursos.

Ao anunciar as mudanças, a big tech afirmou que as regras anteriores eram muito severas e restringiam debates que considerava importantes. "As plataformas da Meta são construídas para serem lugares em que as pessoas podem se expressar livremente. Isso pode ser um pouco caótico. Em plataformas nas quais bilhões de pessoas podem ter voz, tudo o que é bom, ruim e feio está exposto.

Mas isso é a livre expressão", salientou.

Nas novas diretrizes, a Meta retirou uma série de expressões que não poderiam ser utilizadas contra as chamadas "características protegidas" - são elas raça, etnia, nacionalidade, deficiência, afiliação religiosa, casta, orientação sexual, sexo, identidade de gênero e doença grave.

Assim, frases como "eu odeio" ou "eu desprezo" não estão mais vetadas.

A nova versão das diretrizes, segundo a agência Aos Fatos, também passa a permitir discursos de superioridade - como "homens são superiores a mulheres" ou "brancos são superiores a negros". Permite, ainda, "alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgênero e homossexualidade".

As diretrizes permitem, ainda, conteúdos que pregam a exclusão e a segregação de classes.

Na parte referente a esses conteúdos, a Meta criou exceções que permitem defender "limitações de gênero em empregos militares, policiais e de ensino" e "com base na orientação sexual, quando o conteúdo é baseado em crenças religiosas".

As novas orientações da Meta alegam que "não é certo que coisas possam ser ditas na tevê ou no plenário do Congresso, mas não em nossas plataformas". Segundo a empresa, as novas regras favorecem a liberdade de expressão e o livre debate.

Procurada, a Meta respondeu com um link no qual explica as mudanças, intitulado "Mais expressão e menos erros".

**

Falso vídeo de Haddad é retirado

O TikTok removeu um vídeo manipulado por inteligência artificial (IA) que simulava o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fazendo declarações falsas sobre "taxação de pobres" e "**impostos** do cachorrinho de estimação".

A plataforma retirou o conteúdo na última terça-feira, menos de 24 horas depois da notificação da Advocacia-Geral da União (AGU) - segundo a qual o vídeo incorre em desinformação, ao ser produzido com IA, mostra fato não condizente com a realidade e busca confundir a população. A fala de Haddad foi adulterada pela tecnologia de deepfake, que sobrepõe a voz e os movimentos dos lábios via inteligência artificial.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Trump ameaça Putin com tarifas e dá prazo de 100 dias para guerra acabar



Trump e Putin reunidos em Helsinque, em 2018: novo encontro entre eles segue sem data marcada

WASHINGTON O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou ontem a Rússia com **impostos**, tarifas e sanções se um acordo de paz com a Ucrânia não for fechado em breve. Ao enviado especial da Casa Branca, Keith Kellogg, ele deu um prazo de 100 dias para acabar com a guerra, que ele havia prometido encerrar 24 horas após sua posse.

Em postagem ontem em sua rede Truth Social, Trump afirmou que a economia russa está em declínio e faria um "grande favor" ao presidente russo, Vladimir Putin. "Se não chegarmos a um acordo em breve, não tenho outra escolha senão aplicar altos níveis de **impostos**, tarifas e sanções a tudo o que for vendido pela Rússia aos EUA e a vários outros países.

Vamos acabar com esta guerra, que nunca teria começado se eu fosse presidente." Antes de sua posse, na segunda-feira, Trump havia prometido encerrar a guerra antes de assumir o cargo, o que levou a especulações de que ele poderia pressionar a Ucrânia a fazer concessões territoriais. Contudo, nas últimas horas, ele adotou um tom mais duro com o presidente russo. "Podemos terminar com a guerra da maneira fácil ou da maneira difícil", disse ontem o presidente americano.

REAÇÃO. Nem Putin, nem seu chanceler, Serguei Lavrov, responderam às ameaças de ontem.

Quem falou em nome do Kremlin foi o vice-embaixador da Rússia na ONU, Dmitri Polyanski. "Temos de ver o que significa 'acordo' no entendimento do presidente Trump", disse. "Ele não é responsável pelo que os EUA vêm fazendo na Ucrânia desde 2014, mas está

em seu poder agora interromper essa política maliciosa." No entanto, há poucos indícios de que ameaças econômicas possam fazer Putin ceder.

As importações americanas da Rússia são relativamente pequenas, totalizando US\$ 4,6 bilhões, em 2023 - a China importa mais de US\$ 560 bilhões dos russos. Além de fertilizantes, rações para animais e maquinário, a Rússia atualmente representa menos de 0,2% das importações dos EUA.

Além disso, a Rússia já é um dos países mais afetados por sanções no mundo, em razão da anexação da Crimeia, em 2014, e da invasão da Ucrânia, em 2022. Até agora, as medidas tiveram pouco ou nenhum efeito coercitivo, principalmente porque a Rússia encontra um cenário internacional que apresenta várias válvulas de escape - países que também deveriam estar isolados pelo Ocidente, mas que se apoiam mutuamente.

O presidente da França, Emmanuel Macron, vem advertindo há muito tempo que a guerra da Rússia contra a Ucrânia não terminará tão cedo. "Não vamos nos iludir", disse Macron, em seu discurso de anono de direcionado para as Forças Armadas. "Esse conflito não terminará amanhã, nem depois de amanhã." **NEGOCIAÇÕES.** Ontem, Trump não comentou se pretende dar continuidade à política do governo anterior de enviar armas à Ucrânia para combater a invasão russa. "Estamos examinando isso", declarou. "Estamos conversando com (o presidente ucraniano Volodimir) Zelenski, e vamos conversar com Putin muito em breve." Desde o início do ano, Trump vem dizendo que pretende encontrar Putin "em breve".

O Kremlin afirma que o presidente russo está pronto para conversar com o americano, mas nenhuma reunião entre eles foi agendada. | AFP e AP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump mira a soberania tributária dos países e busca ditar regras que lhe convém

Por Assis Moreira, Valor - Genebra

Donald Trump terminou seu discurso de posse como novo presidente dos Estados Unidos, na segunda-feira (20), avisando que "nada se interporá em nosso caminho porque somos americanos".

No mesmo dia, anunciou uma avalanche de decisões, marcadas pelo isolacionismo. Uma delas procura dismantlar a vasta reforma do sistema tributário internacional negociada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Alveja na prática a soberania dos outros países e busca ditar as regras do jogo conforme a exclusiva conveniência dos EUA.

Trump não se preocupa com a ordem internacional baseada em regras e nem em alimentar sua rede de aliados, e quer exercer seu poder por dominação econômica, medo e força, como definiu o "New York Times". No caso da tributação global, essa é uma ilustração a mais.

Ele mandou o secretário do Tesouro notificar a OCDE que compromissos feitos pelo governo de Joe Biden relacionadas ao Acordo Tributário Global não tem força ou efeito nos EUA.

Além disso, mandou o Tesouro e a USTR (Agência de Representação Comercial dos EUA) investigarem nos próximos 60 dias as regras tributárias de todos os outros países do mundo, ameaçando com sanções qualquer medida que considerem "extraterritorial" ou que afete "desproporcionalmente" as empresas americanas. Republicanos já tinham deixado claro que consideram que é isso que acontece hoje, o que significa que os outros países estão sob ameaça.

O plano de reforma do sistema tributário internacional, negociado por 147 países na OCDE, em Paris, tem, ou tinha, dois pilares.

O "Pilar 2" introduziu o imposto mínimo global que os países podem adotar em suas regras internas para cobrar das grandes multinacionais uma taxa efetiva de 15% sobre os lucros que elas realizam onde exercem suas atividades. Vem sendo implementado por cerca de 50 países, incluindo o Brasil.

Já o "Pilar 1" não teve acordo entre os países, como

foi constatado no começo deste ano. Por ele, uma fatia de 25% dos lucros das vendas realizadas por cerca das 113 maiores múltis, muitas do setor digital, como Facebook, Amazon e Google, seriam tributadas onde suas vendas se realizaram, mesmo sem presença física nesses locais. Procurava definir critérios para realocação de lucros entre jurisdições e estabelecer quais os Estados que tem direito a tributar.

No ano passado, lideranças do Partido Republicano já tinham enviado uma carta à direção da OCDE avisando que o Congresso exerceria represálias contra os países que taxassem os lucros das empresas americanas em seus territórios. Rejeitavam acordo global, alegando que isso "obrigaria os EUA a renunciar a US\$ 120 bilhões de receita em proveito de governos estrangeiros, ao mesmo tempo oferecendo vantagens concorrenciais à China e a outros países".

Agora, em meio a "pânico e caos" em círculos da OCDE, alguns procuram acreditar que o memorando de Trump 2.0 não representa desengajamento total, diferente de uma saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo.

A avaliação é que o governo Trump será transacional em **impostos** e tarifas internacionais, usando estes como armas de dissuasão na busca de conformidade aos seus interesses. E que no médio prazo talvez não seja interesse dos EUA ficar fora de um acordo na OCDE, até para empresas americanas escaparem do risco de dupla tributação. Mas isso ocorreria se os demais países eventualmente decidissem enfrentar o unilateralismo trumpiano.

A China quer o acordo tributário global. E a expectativa é de que Pequim vai negociar com os EUA também nessa área. Com outros países, Washington poderá entrar numa fase de discussões bilaterais para estabelecer o que querem. No "Pilar 2", de taxa mínima de 15%, por exemplo, o governo Biden excluiu do acordo setores como bancos e companhias de petróleo, por exemplo.

É muito difícil negociar com qualquer governo dos EUA. Mas com equipe de Trump é ainda mais duro. Os trumpistas não negociam, e sim exigem. Não ouvem, tentam impor, conforme diferentes relatos.

Sem o acordo para taxa dos gigantes da Internet,

vários países tinham avisado na OCDE que adotariam diferentes taxas individuais sobre as big techs. Ao invés de uma taxa global, haveria assim o risco de haver mais de 80, no que negociadores chamam de "volta ao mundo da selva", ampliando a fragmentação da economia mundial e retaliação entre países. Se isso vai acontecer, em meio às ameaças de Trump, é algo a ver.

No primeiro governo Trump (2017-2021), a USTR, a agência de representação comercial americana, abriu investigação sobre "taxas de serviços digitais" visando o Brasil, Áustria, República Checa, União Europeia (UE), Índia, Indonésia, Itália, Espanha, Turquia e Reino Unido com base na "Section 301 of the Trade Act of 1974". Essa lei dá ao governo americano ampla autoridade para responder ao que considerar práticas desleais afetando negativamente interesses comerciais americanos.

No caso brasileiro, Washington reclamava de uma proposta apresentada na Câmara pelo deputado João Maia (PL-RN), a chamada Cide-Digital. O Brasil aceitou fazer consultas bilaterais com o governo dos EUA, e explicou que essa iniciativa não era do governo e sim de um parlamentar.

Agora, para a ONG Tax Justice Network, o que Trump 2.0 fez em seu primeiro dia na Casa Branca foi não apenas eliminar as "já fracas reformas tributárias da OCDE, como efetivamente ameaçar destruir tudo o que foi construído no último século na área tributária internacional".

"O memorando de Trump coloca em dúvida qualquer medida que busque garantir que os lucros sejam declarados onde a atividade ocorre -- pelo menos se a multinacional for dos EUA, e certamente se os lucros estiverem sendo transferidos para lá", avalia Tax Justice Network. "O governo dos EUA está, portanto, colocando em dúvida o direito de qualquer país de tributar uma empresa americana, inclusive quando elas estão localizadas e fazem negócios em outros países."

A escolha para os países é clara: "Eles podem desistir de qualquer esperança de exercer seus direitos de tributação sobre grandes multinacionais por pelo menos mais quatro anos [durante o mandato de Trump] e simplesmente tentar evitar uma briga com o novo agressor. Ou podem se unir e trabalhar para defender a soberania tributária de cada país, comprometendo-se com um progresso ambicioso e inclusive nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional".

As reações até agora tem sido de prudência. No

momento, não há indicação de países querendo antagonismo com Trump e buscando ação coletiva para "resistir à intimidação do novo governo dos EUA", na expressão de Tax Justice Network.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1>

Mercado está errado sobre a perspectiva dos juros nos EUA (Artigo)

Thanos Papasavvas - Financial Times

Mesmo depois de toda a comoção em torno da volta de Donald Trump à Casa Branca, ainda existe um descompasso bastante amplo entre as previsões generalizadas de que haverá um estímulo ao crescimento com o novo presidente e as expectativas sobre as taxas de juro dos EUA.

A última reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), em dezembro, assustou os mercados com sua perspectiva "linha-dura" a respeito de novos cortes nas taxas. Os mercados se ajustaram e embutiram nos preços dois cortes em 2025, em vez de quatro. Quanto ao momento certo em que ocorrerão, hoje os mercados embutem nos preços probabilidade de 25% de um corte em março, subindo para mais de 60% em junho e para perto de 84% em dezembro. No todo, os mercados esperam que os cortes do Fed fiquem em torno de 0,40 ponto percentual. Nós discordamos.

Não acreditamos que o Fed cortará as taxas em 2025 - nem mesmo acreditamos que o Fed fique parado. Não, o que nós esperamos em vez disso é que a economia resiliente dos EUA e as políticas de Trump aumentem as expectativas inflacionárias e obriguem o presidente do Fed, Jerome Powell, a elevar as taxas a partir de setembro.

Nosso raciocínio se baseia em três fatores-chaves. O primeiro é a economia dos EUA. Indicadores econômicos antecedentes e dados sobre o sentimento do consumidor, os lucros das empresas e a atividade do setor de serviços sugerem que os negócios estão em um claro modo de expansão desde agosto.

No que diz respeito ao emprego, existe um cenário de resiliência em todos os setores da economia. Em termos históricos, e à exceção de 1973, houve três setores que ajudaram a evitar uma recessão: a manufatura, a construção de imóveis residenciais e os serviços de empregos temporários. Sem contar

este último, os outros dois estão bastante resilientes, o que exclui a possibilidade de que a economia dos EUA enfraqueça por causa de um aumento do desemprego.

Quanto ao setor de "informação" - que engloba áreas como a indústria editorial e as telecomunicações, que

são mais relevantes na sociedade hoje do que eram nos anos 1980 e 1990 -, o nível de novos empregos permanece estável em 3% a 4%, abaixo de seu pico cíclico recente, mas melhor do que em outubro de 2023. Em resumo, o emprego continua resiliente, sem sinais de alerta para uma fraqueza econômica iminente que leve a uma recessão. E a **inflação** dos EUA este ano seguirá na faixa de 2,5% a 3,5% - seja por conta própria ou com a ajuda do Fed.

Agora, vamos examinar nosso segundo fator-chave: as políticas de Trump. Nossa expectativa é de que, combinadas com a economia resiliente, elas levem a taxas mais altas. O que "sabemos que não sabemos" são quais políticas Trump vai promulgar, o quanto ele será agressivo em segui-las e, por último, mas não menos importante, quando ele as promulgará (se o fizer!). Sua posse ofereceu algum colorido, mas nenhuma clareza. Seja como for, o denominador comum é que todas as políticas em estudo têm potencial inflacionário: cortes de **impostos** expansivos em termos fiscais, tarifas, desregulamentação para impulsionar o crescimento e as deportações de trabalhadores migrantes sem documentação.

Isso nos traz ao terceiro fator-chave: a credibilidade do Fed. Se a combinação da economia dos EUA com as políticas de Trump não leva a um crescimento das pressões inflacionárias - seja porque a economia surpreende para o

lado negativo, seja porque o indicado para ser secretário do Tesouro, Scott Bessent, encoraja Trump a adotar políticas mais ortodoxas -, então não esperamos que o Fed se sinta obrigado a elevar as taxas.

Se, por outro lado, a economia dos EUA por si só, ou em combinação com as políticas de Trump, provoca um crescimento das pressões inflacionárias e, mais importante, das expectativas de aumento de preços, então o Fed tomará medidas imediatas - primeiro com uma retórica mais linha-dura (tanto para os mercados como, nos bastidores, para os responsáveis por formular as políticas), seguida por uma política mais apertada.

De forma mais específica, esperaríamos do Fed que observasse e ouvisse no primeiro trimestre deste ano, alertasse para um possível aperto no segundo e

entrasse em ação no terceiro.

No período de 2020 a 2021, o Fed demorou mais do que devia para combater uma disparada da **inflação** e isso levou à notória virada na política por parte de Powell, em dezembro de 2021.

Agora, Powell não pode correr o risco de estar errado duas vezes. Portanto, o Fed continuará superortodoxo e, se a decisão tiver de ser tomada, optará pelo foco na **inflação** e não no emprego. Além disso, e provavelmente de maneira mais controversa, acreditamos que o próximo presidente do Fed, que deve ocupar o lugar de Powell em maio de 2026, também se manterá ortodoxo, apesar de ser uma indicação política do presidente Trump.

Essa nomeação, porém, determinará o cenário para a eventual mudança na meta de **inflação** do Fed de 2% para 3%, durante a terceira "Revisão de Estrutura", em 2030. O impacto das tensões geopolíticas e a necessidade de tratar desequilíbrios socioeconômicos exigirão um nível de **inflação** marginalmente mais alto para garantir o pleno emprego. Isso também definiria o caminho para outros bancos centrais seguirem.

Economia resiliente e políticas de Trump devem elevar expectativas e obrigar o Fed a subir os juros

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1)**

Brasil e México são os mais vulneráveis na América Latina, diz Citi

Eduardo Magossi De São Paulo

O Brasil é o país mais vulnerável da América do Sul ao impacto econômico e político do novo governo de Donald Trump nos EUA, de acordo com economistas do Citi em relatório sobre expectativas em torno do segundo mandato do republicano. Para os profissionais, ao se considerar a América Latina, o Brasil só é menos vulnerável que o México às políticas de Trump e, embora tradicionalmente a região tenha tido pouca importância entre as prioridades dos governos americanos, "desta vez é diferente".

"Notavelmente, o Brasil ficou em uma posição mais alta que o esperado no índice de vulnerabilidade do Citi, ao se levar em conta seu déficit comercial bilateral com os EUA e a orientação de esquerda do governo Lula", aponta o documento. De acordo com o banco, o índice de vulnerabilidade é baseado em medidas objetivas e não em visões subjetivas. Entre os países latinos, a maior exposição fica com o México, seguido por Brasil, Honduras, Colômbia e Peru. "Muitas das preocupações da política de Trump tocam a América Latina de uma forma ou de outra. Semelhante ao seu primeiro governo, o México parece o mais exposto à agenda política de Trump, mas o Brasil pode ser vulnerável também".

O Citi diz acreditar que a composição ideológica dos governos latino-americanos e a popularidade de seus governantes podem ser obstáculos para navegar um novo governo Trump - que será mais ativo e ideológico. "Com relação à popularidade, seria de se esperar que governos de esquerda mais fracos fiquem mais expostos a uma posição mais antagônica dos EUA. Em gráfico que figura a popularidade e ideologia dos países da região, Lula é definido como centro-esquerda com e com quase zero de aprovação.

Já os países com maior comércio bilateral e mais saldo comercial com a China seriam mais preocupantes do ponto de vista dos EUA. "Além do comércio, também observamos a quantidade de investimentos da China em países latino-americanos", afirma o Citi. Em 2023, o Brasil era o país com maior saldo comercial com a China, segundo dados citados pelo banco.

Para os profissionais do Citi, as tarifas representam os maiores riscos de queda para o crescimento

econômico global e dos EUA. "Tarifas agem como um choque estag- flacionário para a economia dos EUA - reduzindo o crescimento econômico e, pelo menos inicialmente, aumentando a **inflação**. Se Trump, por exemplo, for mais extremo do que esperamos e se implementar uma tarifa de 10% em todos os níveis e os principais parceiros comerciais responderem com tarifas recíprocas, o efeito poderia ser um impacto de 1,5 ponto percentual no **PIB** real dos EUA. O resto do mundo também sentiria uma pressão substancial no crescimento econômico, assim como o comércio global", afirmam.

Em relação aos mercados financeiros, o banco vê pouco motivo de preocupação com as bolsas americanas em um regime de tarifas direcionadas - especialmente porque muitas empresas foram favorecidas pelos cortes de **impostos** no primeiro governo Trump e esse custo pode ser repassado. "Tarifas mais amplas, por outro lado, podem trazer um impacto mais significativo nas margens. Os mercados de ações fora dos EUA provavelmente serão atingidos ainda mais duramente em vários cenários de tarifas, e é digno de nota que esses mercados tiveram problemas com tarifas no Trump 1.0."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1>

No clima, todos perdem, inclusive os EUA

PALOMA OLIVETO

O abandono do Acordo de Paris, anunciado pelo presidente norte-americano Donald Trump, atrasará a adaptação global às mudanças climáticas, em um momento já crítico para o planeta, quando o mundo ultrapassou, pela primeira vez, a marca de 1,5°C acima da temperatura pré-industrial. Embora nenhum país esteja imune, a conta será paga, principalmente, pelas nações mais pobres, que menos contribuem com emissões de gases de efeito estufa e que têm menor estrutura para enfrentar as consequências do aquecimento.

"Todos nós perderemos", afirma Carlos Eduardo Young, professor e coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Gema) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O cientista, que também é membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (RECN), destaca, porém, que países que vivem os extremos climáticos serão mais afetados. "A desigualdade vai acentuar; as consequências socioeconômicas serão muito diferentes", diz.

Embora o presidente tenha anunciado a saída "imediate" do Acordo de Paris, isso não será possível, pois o documento assinado pelas partes, incluindo os Estados Unidos, estabelece um prazo de 12 meses para a retirada.

Nesse meio-tempo, o governo norte-americano permanece atrelado ao tratado climático, cujo principal objetivo é evitar um aumento na temperatura superior a 1,5°C até 2100, com base nos níveis pré-industriais.

Bravata

Para Chris Hillson, diretor do Reading Centre for Climate and Justice, na Inglaterra, porém, "a presidência de Trump pode acabar latindo muito e mordendo pouco". "Outros países continuarão sem os Estados Unidos", diz, lembrando que, em 2017, o magnata republicano retirou o país do acordo climático pela primeira vez. Hillson reconhece que as emissões norte-americanas são uma fatia grande do bolo global, mas acredita que boa parte do discurso trumpista vai se mostrar pura bravata.

O especialista lembra que os anúncios do presidente não se sustentam no cenário global. Por exemplo, o antecessor, Joe Biden, instituiu medidas para reduzir as emissões de metano, um importante gás de efeito

estufa. Ainda que Trump prometa reverter as ações, se ele quiser negociar petróleo e gás com a Europa, não poderá fazer isso.

"A nova lei do metano da União Europeia não permite importações de países com controles fracos de metano.

O comércio é uma das ferramentas políticas favoritas de Trump, mas também pode ser usada contra ele se ele tentar se envolver em uma corrida climática para o fundo do poço", alega Hilson. Carlos Eduardo Young reforça que Donald Trump também está oferecendo à União Europeia e à China a chance de liderarem a transição energética, uma tendência aparentemente irreversível - a capacidade de geração por fontes limpas cresceu 50% em 2023, representando 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**) global naquele ano.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Chaga aberta na saúde global

PALOMA OLIVETO

A saída dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde (OMS), anunciada pelo presidente Donald Trump, coloca em risco não só importantes programas globais, como os voltados à vacinação e combate a malária, HIV/ Aids e tuberculose, mas compromete a imagem do país como liderança global - um espaço que poderá ser ocupado pela China (leia entrevista). Essa é a avaliação de especialistas sobre a medida anunciada no discurso de posse do magnata republicano, que continua a repercutir mal entre médicos, cientistas e diplomatas.

Sob a justificativa de que a agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU) exige "pagamentos injustamente onerosos" dos Estados Unidos e de que houve má gestão da OMS na pandemia da covid-19, o presidente repetiu o ato de 2020, quando estava à frente da Casa Branca. Porém, na ocasião, a medida teve pouco impacto, pois Trump estava a um ano do fim do mandato, e esse é exatamente o tempo que um país precisa esperar para romper com um organismo da ONU.

O critério da OMS para as colaborações obrigatórias é a riqueza do país, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). Membros- fundadores da OMS, os Estados Unidos são, hoje, o principal colaborador da agência: 14,53% do caixa de 2024-2025 vêm da contribuição obrigatória do país. O orçamento total do período é de US\$ 6,7 bilhões, e boa parte do valor vem de doações voluntárias - o segundo maior financiador da OMS é a Fundação Bill Melinda Gates.

"O financiamento norte-americano é essencial para a manutenção de programas que combatem doenças como Aids, tuberculose, poliomielite e malária", destaca a médica Fabiana Soares, mestre em medicina de família e comunidade pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

"Sua interrupção comprometerá não apenas as pesquisas nessas áreas, mas a distribuição de medicamentos essenciais, como os antirretrovirais para pacientes com HIV.

Sem esses recursos, o mundo enfrentará um grave problema sanitário, colocando em risco milhões de vidas." Segundo a OMS, a contribuição pública obrigatória norte- americana para o biênio 2024/2025 - US\$ 261 milhões - foi destinada ao acesso aos serviços essenciais de saúde (38,21%), à erradicação

da pólio (16,92%) e à prevenção de epidemias e pandemias (13,86%). A região do Mediterrâneo Oriental, que inclui países e territórios como Síria, Palestina, Israel e Turquia, recebeu 26,08% dos recursos, seguida pela África (24%).

Brasil

Do Escritório Regional das Américas, o Brasil foi o maior beneficiado, com 5% do financiamento, sendo 86,95% desse valor usado na prevenção de epidemias e pandemias. "Certamente, a saída dos Estados Unidos de um órgão que fundou será trágica para o mundo inteiro, particularmente para os países mais pobres e em desenvolvimento", acredita Melchior Ricardo Machado Meira, médico de família e professor da Universidade Católica de Brasília. "Tento não ser muito pessimista, mas a OMS participa muito do Sistema Único de Saúde (SUS), particularmente na atuação em doenças infecciosas e parasitárias." Ao sair do organismo internacional, não é apenas dinheiro que Trump tira da saúde pública global. "A decisão privará a OMS do domínio técnico e da capacidade de especialistas norte-americanos de diversas áreas científicas, pelo menos por meio dos canais atuais", avalia Belen Tarrafeta, pesquisadora de políticas farmacêuticas internacionais do Instituto de Medicina Tropical da Bélgica. "Além disso, os Estados Unidos perderão a oportunidade de influenciar diretamente a tomada de decisões estratégicas e técnicas, incluindo acesso direto a dados, ou influenciar decisões políticas", observa.

Para Tarrafeta, a decisão trumpista "abre uma gama de possibilidades e incertezas, tanto quanto os pontos críticos geopolíticos".

Ela destaca que é essencial que outros estados-membros se manifestem - até agora, declarações oficiais foram tímidas. A porta-voz da Comissão Europeia, Eva Hrnčirova, disse que a União Europeia está "preocupada com o anúncio". Também destacou que são necessárias reformas na OMS, incluindo sobre financiamento, e que o bloco está disposto a se envolver na questão.

"Por fim, é crucial considerar qual é a estratégia de Trump em relação à saúde global fora da OMS", observa a pesquisadora do Instituto de Medicina Tropical da Bélgica.

"É necessário perguntar se essa ação faz parte de uma retirada mais ampla de outros programas e outras

agências da ONU, e se sua saída da OMS marca o início de uma nova estratégia alternativa por meio de outros mecanismos, focada em outros valores, como comércio e segurança."

Carta aberta

"A retirada (dos Estados Unidos) da OMS não "torna a América saudável novamente", disseram pesquisadores da Universidade de Georgetown, em Washington, da Escola Londrina de Higiene e Medicina Tropical, na Inglaterra, e da Universidade Monash da Malásia, no país asiático, em uma carta aberta publicada ontem na revista The British Medical Journal (BMJ).

Eles fazem referência ao slogan de Trump, de "fazer a América grande novamente".

Para os autores, Kent Buse, Larry Gostin e Adeeba Kamarulzaman, a medida "diminui severamente a influência e a posição norte-americana no mundo, ao mesmo tempo em que ameaça seus interesses nacionais e a saúde da população".

**

TRÊS PERGUNTAS PARA - PRISCILA CANEPARO, doutora em direito internacional e professora da Universidade Católica de Brasília

Qual o impacto da decisão de Donald Trump de retirar os Estados Unidos da OMS?

No primeiro momento, há um período que chamamos de "denúncia do tratado", até a saída efetiva, quando os Estados Unidos ainda ficam vinculados. É como um período de carência. Mas, de fato, vai haver um corte efetivo de todos os centros de pesquisas e agências dos Estados Unidos em relação à pesquisa científica e no combate a doenças. Os Estados Unidos eram os maiores contribuintes - não gosto de usar a palavra financiadores porque, na realidade, eles pagam uma anuidade, que depende da capacidade de cada Estado-membro. Com esse pagamento, a OMS poderia investir em programas de vacinação em países em desenvolvimento, além de pesquisas e programas para combate de epidemias. Há, ainda, um possível efeito-dominó no cenário internacional: a saída de todos os governos fortemente influenciados ou que têm uma aliança forte com o Trump.

A OMS está ameaçada?

Neste atual momento, com o governo Trump e governos de extrema- direita, a gente vê um declínio do multilateralismo. Há um vácuo de poder nos foros multilaterais que, no futuro, serão preenchidos pela

China. Se os Estados Unidos estão dando uma cartada, a cartada final virá da China. Por isso que eu não acredito no declínio da OMS, eu não acredito no declínio das organizações internacionais.

Do ponto de vista político, qual principal implicação para os Estados Unidos, ao se retirarem de organismos e acordos internacionais?

Por enquanto, não acredito que haverá tanto impacto político, mas, a partir do momento em que a política de Trump começar a mexer na estrutura econômica e social dos Estados Unidos, eles vão perder espaço internacionalmente, porque eles vão acabar saindo dos foros multilaterais. Os próximos que os Estados Unidos sairão, pode ter certeza, serão a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a Organização Mundial do Comércio (OMS). Quando o país precisar voltar, por conta da questão econômica e questão da estrutura social, esses espaços já vão ter sido ocupados pela China.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6904/23-01-2025.html?all=1>

Governo quer baixar a inflação na marra (Editorial)

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, informou que o governo fará "um conjunto de intervenções" para baratear os preços dos alimentos ainda no primeiro bimestre.

Ou seja, agora é oficial: o governo entendeu que a **inflação** pode custar a reeleição do presidente Lula da Silva.

Em vez de atacar as causas do problema, sobretudo os gastos excessivos do governo, os petistas preferem, como sempre, concentrar-se nos sintomas, forçando uma queda artificial dos preços - como se estes fossem resultado da vontade arbitrária de quem os estabelece, e não expressão das relações básicas de mercado. E a história mostra que sempre que o governo se julgou capaz de intervir nessas relações, o resultado foi desastroso: desabastecimento e mais **inflação**.

Mas os petistas são teimosos. Segundo Costa, o governo fará reuniões com os ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda para tratar do assunto. Lula da Silva ainda deve conversar com os produtores rurais, mas, de acordo com Costa, ele já tem em mãos uma lista de sugestões elaborada por representantes de supermercados.

Tudo foi dito em uma entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ambiente que talvez tenha dado conforto para que Costa dissesse o que realmente pensa. A declaração não foi tirada de contexto, o ministro não foi induzido ao erro e não se trata de fake news.

Costa não adiantou quais medidas serão anunciadas, mas isso pouco importa.

O que interessa é a mensagem que o ministro passou. Ainda há muitos brasileiros com idade suficiente para lembrar como era o Brasil antes do Plano Real, que pôs fim à espiral inflacionária a partir de 1994. Naquelas décadas, experimentou-se de tudo, de estoques reguladores à retenção de exportações, passando por congelamento de preços e fiscais voluntários que davam voz de prisão a gerentes de supermercado.

Mas os preços, indóceis, teimavam em subir.

Só isso deveria bastar para desestimular iniciativas como a anunciada pelo ministro Costa, mas o governo parece ter se dado conta de que não tem mais tempo: a eleição, segundo o próprio Lula, está logo aí, razão pela qual é preciso agir para conter os preços dos alimentos. E foi o presidente quem disse, durante a primeira reunião do ano com seus ministros, que a prioridade de seu governo será "comida barata na mesa do trabalhador".

O cacoete intervencionista do PT é conhecido. Não faz nem um ano que o Executivo cogitou adquirir arroz importado para vender o produto diretamente nos supermercados, a preços tabelados e subsidiados, em embalagem própria com a logomarca do governo federal. Foi logo após as enchentes no Rio Grande do Sul, e a iniciativa só foi abandonada por suspeitas de fraude no leilão.

Também é bom lembrar que os combustíveis estão defasados em relação aos preços internacionais. A gasolina não sobe desde julho, e o diesel está com o mesmo preço desde dezembro de 2023. E, apesar da disparada do dólar, a Petrobras, que tem mantido uma política de preços "abrasileirados" desde o início do governo Lula, diz que ainda aguarda o "momento adequado" para fazer eventuais reajustes.

O governo bem sabe que esse tipo de coisa pega mal. Tanto que, ao longo do dia, a palavra "intervenções", expressamente mencionada por Rui Costa no programa, foi retirada do texto divulgado no site da Casa Civil - como se omitir a palavra resolvesse o problema.

Os próximos passos são previsíveis.

O marqueteiro Sidônio Palmeira entrará em campo para resolver a "confusão" antes que ela se torne mais uma crise, enquanto, nos bastidores, não faltará quem diga que qualquer tipo de intervenção está fora de cogitação.

Os alimentos estão caros em razão da influência de fatores climáticos e da valorização do dólar, mas a demanda também contribui para manter os preços elevados. E é neste ponto que Rui Costa expôs o pensamento que guia o governo nessa discussão: a recusa em aceitar a lei da oferta e da procura e em

reconhecer o quanto o Executivo colabora diretamente para a carestia.l

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump e o 'privilégio exorbitante' do dólar (Artigo)

José Serra

Desde a campanha presidencial, Donald Trump reafirmou seu compromisso com a hegemonia do dólar como divisa-chave do sistema monetário e financeiro internacional (SMFI).

Ou seja, o dólar desempenha a função de moeda internacional, sendo predominantemente utilizado como meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor fora das fronteiras nacionais.

Após a eleição, Trump intensificou suas exigências, ameaçando aplicar sanções comerciais (especialmente na forma de tarifas de 100%) contra países que abandonassem a moeda americana, inclusive os países dos Brics, que aventaram a possibilidade de criar uma moeda alternativa ao dólar nas duas últimas cúpulas - Johannesburgo (2023) e Kazan (2024).

O mundo anterior ao colapso do regime de Bretton Woods, em 1973, era muito mais simples. Nele, o dólar era conversível em ouro e mantinha uma taxa de câmbio fixa.

Só a partir do desarranjo de meados dos anos 1970 moedas de países desenvolvidos despontaram como possíveis substitutos, notadamente o marco e o iene, e, posteriormente, o euro. Agora, pela primeira vez, uma moeda de um país em desenvolvimento, o renminbi (RMB) chinês, desponta como uma alternativa.

Nos últimos anos, a China tem buscado ampliar a utilização do RMB no comércio internacional e nos empréstimos aos países em desenvolvimento (dos quais é atualmente o principal credor). Também expandiu suas linhas de swap cambial com bancos centrais de outros países. Assim, o debate sobre a "desdolarização" da economia global e a "multipolaridade" do SMFI já tinha emergido antes da eleição de Trump, mas ganhou impulso desde então.

A emissão da divisa-chave do sistema financeiro internacional confere vantagens estratégicas, tanto políticas quanto econômicas, por isso foram apelidadas de "privilégio exorbitante", no início dos anos 1960, por Valéry Giscard d'Estaing, então ministro das Finanças da França. Isso significa que os

EUA podem pagar suas dívidas externas com sua própria moeda.

Vale ressaltar que esse privilégio se tornou ainda maior depois do colapso do regime de Bretton Woods porque o dólar deixou de ser conversível em ouro, passando a ter uma taxa de câmbio flutuante, o que aumentou ainda mais a autonomia de política econômica dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a participação dos Estados Unidos na economia global diminuiu, representando 20%, tendo a China 18% do Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial e 25% da produção de manufaturados.

Apesar disso, a hegemonia do dólar não foi ameaçada. Os ativos em dólar correspondem a cerca de 60% das reservas oficiais dos bancos centrais, dos créditos bancários e dos instrumentos de dívida globais. Metade das transações internacionais ainda é liquidada em dólares, e os ativos americanos, principalmente os títulos do Tesouro americano, são considerados os mais seguros e líquidos pelos investidores globais.

Em momentos de crise é para esses títulos que a riqueza global se dirige. Em contrapartida, o RMB responde por somente 3% dos pagamentos globais e menos de 3% das reservas oficiais.

Crises recentes, como a guerra na Ucrânia, têm acelerado a busca por alternativas ao dólar. Na Rússia, por exemplo, o uso comercial e financeiro do RMB dobrou para quase 100%, em um mês, após as sanções impostas pelo Ocidente.

O uso do dólar como arma geopolítica tem alertado outras economias sobre os riscos de depender exclusivamente de um sistema dominado pelos EUA.

Neste ambiente internacional, a grande questão é se a estratégia de Trump de preservar a hegemonia do dólar pode ter sucesso ou se, ao contrário, poderá acelerar a fragmentação monetária global.

No curto e médio prazos, é pouco provável que isso aconteça.

A hegemonia do dólar no atual SMFI ancora-se, sobretudo, no poder financeiro dos Estados Unidos. O mercado de títulos públicos americano continua sendo

o mais líquido e profundo dentre todos. Isso também vale para o mercado de capitais, seja o mercado acionário, seja o de dívida privada.

A China ainda mantém restrições à entrada de investidores estrangeiros e não oferece ativos financeiros com potencial para substituir os ativos americanos como âncora da manutenção da riqueza global.

Eliminar essas restrições ameaçaria a autonomia de política econômica, o que não parece estar no horizonte do governo chinês. Isso não quer dizer, contudo, que a participação de outras moedas nas transações internacionais não possa ocorrer durante o governo Trump. O que se sustenta aqui é que ela não será suficiente para destronar o dólar como divisa-chave num horizonte razoável.

O novo governo Trump estreou num tom mais radical, disposto a ecoar e defender o sonho americano de permanecer dominando os negócios e as finanças do mundo. As ameaças à Groenlândia, ao Canadá, ao Panamá e aos Brics já se associam à miséria da guerra contra os imigrantes e ao apoio à baderna institucional na premiação aos invasores do Capitólio. A única certeza é que o grau de turbulências na economia mundial deve ganhar novo patamar.

ECONOMISTA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com tarifaço de Trump só na ameaça, dólar cai 1,4% e fecha abaixo de R\$ 6

GUSTAVO NICOLETTA COM NYT

O dólar fechou ontem abaixo dos R\$ 6 pela primeira vez desde 27 de novembro, cotado a R\$ 5,94, com queda de 1,4% no dia.

Segundo analistas, a percepção de que o presidente dos EUA, Donald Trump, deve adotar o prometido tarifaço de modo mais direcionado tirou a pressão sobre a moeda americana.

De acordo com especialistas, a percepção agora é de que Trump deverá usar as ameaças de elevação das tarifas como forma de pressão sobre governos para atingir outros objetivos não estritamente comerciais.

Luciano Costa, economistachefe e sócio da Monte Bravo Investimentos, disse que as notícias após a posse do líder americano mostram uma abordagem menos bélica e mais estratégica da Casa Branca.

"Há uma percepção que ficou depois da posse, dos discursos, de que as tarifas vão ser usadas muito mais como ferramenta de negociação do que simplesmente em uma guerra comercial aberta", disse. "A sensação de que o aumento de tarifas está com esse papel, defendido pela parte mais moderada da equipe econômica do Trump, está deixando o mercado com menos risco." Desde segunda-feira, Trump tem dado declarações sobre a taxaço de mercadorias importadas - ele citou nominalmente México e Canadá, na segunda-feira, e a China, na terça-feira à noite. Sobre os vizinhos, o republicano prometeu alíquotas de 25%.

Para a China, de 10%.

"Estamos falando de uma tarifa de 10% sobre a China com base no fato de que eles estão enviando fentanil para o México e o Canadá", afirmou o presidente, dando entender que os chineses facilitam o tráfico de opioides para os EUA.

Matheus Massote, sócio da One Investimentos, diz que a percepção de que a política tarifária de Trump não será tão dura é relevante também porque afeta diretamente a expectativa em torno do resultado da balança comercial.

Segundo ele, depois da piora na taxa de câmbio no

final do ano passado em função de receio sobre as contas públicas do governo e também de fatores sazonais, como as remessas de capital de empresas ao exterior, a diminuição da percepção de risco colabora para que os investidores prestem mais atenção aos fundamentos da economia - o que, no momento, favorece o real depois da forte depreciação observada em dezembro.

"A inflação não explodiu.

Com os juros altos, a preocupação é com recessão no segundo semestre, não com a escalada da inflação", afirmou.

RECUPERAÇÃO DIFÍCIL. O caminho para um real mais valorizado, porém, ainda pode enfrentar obstáculos. Segundo Glaucy Lima, gestora de câmbio da Fair Corretora, o fluxo de dólares para fora do Brasil ainda é relativamente grande. "Há muita gente muito insegura com questões políticas. Entre os brasileiros ainda está saindo mais dinheiro do que entrando." O fluxo cambial do Brasil foi negativo em US\$ 3,804 bilhões de 1.º a 17 de janeiro, segundo dados preliminares divulgados ontem pelo Banco Central.

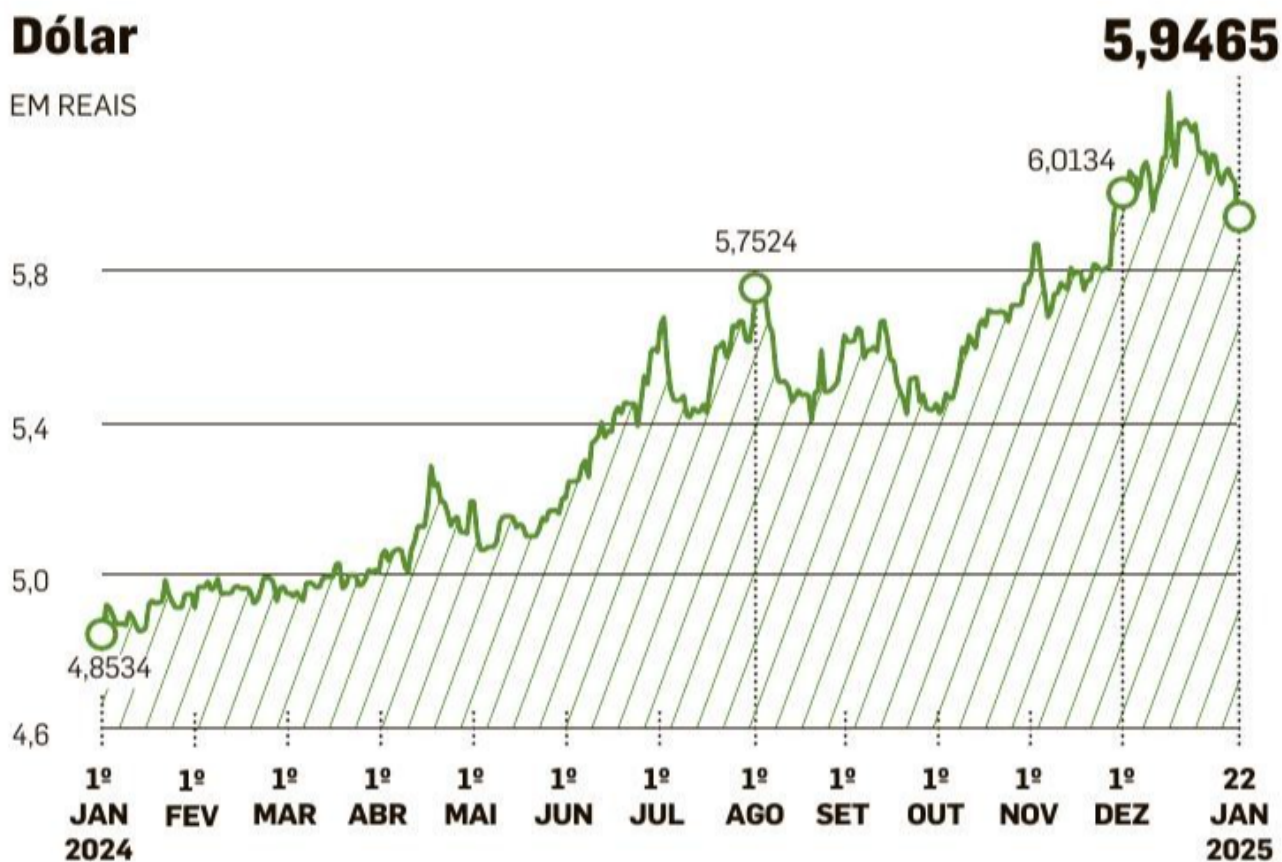
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ALÍVIO

Moeda americana cai para menos de R\$ 6 após mais de 1 mês

Dólar

EM REAIS



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Se necessário, governo terá novas medidas fiscais, diz Ceron

BERNARDO LIMA

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse ontem que o governo vai tomar medidas de contenção de gastos adicionais caso sejam necessárias para cumprir a meta fiscal deste ano. Em entrevista à Rádio Gaúcha, o secretário reafirmou que o governo alcançou as metas fiscais estabelecidas para o ano passado e que terá o mesmo compromisso com as contas públicas em 2025.

- Para 2025 o compromisso é o mesmo, refazer o balanço e continuar trabalhando, se tiver que fazer medidas adicionais, tem que fazer para tomar as ações necessárias para a gente de fato cumprir a meta-afirmou.

Ceron disse ontem que o governo está fazendo o balanço da efetividade das medidas aprovadas no ano passado e do impacto que as alterações impostas pelo Congresso causaram.

- E agora é o momento, nós estamos passando por cima de fazer o balanço das medidas que foram aprovadas, as alterações, para verificar se há necessidade de alguma medida adicional para a gente cumprir as metas do ano.

A meta de resultado primário para 2025 prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de déficit zero, como em 2024. A regra, no entanto, prevê uma tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para mais ou para menos. Ou seja, o governo também cumprirá a meta se fechar o ano com um superávit de 0,25% do **PIB** ou déficit de 0,25%.

- O mercado acha que tem uma diferença grande para cumprir meta fiscal deste ano, e que precisa novas medidas. É esse o balanço que estamos fazendo, pensando em quais medidas necessárias para cumprir esse objetivo. O importante é o compromisso de cumprir as metas, e elas serão cumpridas. Se forem necessárias medidas, serão tomadas. Esse compromisso de atingir as metas fiscais está garantido -afirmou Ceron.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo mira inflação e deve adotar ações que indústria e varejo desejam



Rui Costa: apesar do debate junto a varejo e indústria, há um compromisso de Lula com o equilíbrio fiscal

Por Adriana Mattos, Renan Truffi e Fabio Murakawa - De São Paulo e Brasília

O governo deve implementar medidas sugeridas pela indústria e varejo, em reunião realizada com entidades setoriais no fim de novembro, para tentar reduzir a **inflação**. As ações podem afetar taxas de cartões de **benefício** alimentação e até levar os supermercados a venderem medicamentos, algo proibido hoje, como antecipou ontem o Valor.

Mas o impacto nos preços desse pacote de iniciativas, de forma isolada, é duvidoso, dizem os próprios interlocutores das empresas e associações junto ao Planalto.

"**Inflação** cairá com corte de gastos. Essas ações só ajudam a complementar a agenda [do governo]", diz um vice-presidente de uma atacadista que esteve na reunião em que as medidas foram discutidas, no fim de novembro, como apurou o Valor.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse ontem que serão feitas reuniões com os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda para buscar "conjunto de intervenções que sinalizem para o barateamento dos alimentos". A ideia é que as iniciativas sejam implementadas no primeiro semestre.

Após a declaração, a Casa Civil publicou nota

ajustando o termo usado e esclareceu que não haverá intervenção em preços, mas adoção de medidas, em debate junto aos fabricantes e varejistas, para reduzir preços

Conjunto de solicitações é antigo e está pelo menos há uma década na mesa do setor

O Valor antecipou ontem que, reunião ocorrida no dia 21 de novembro, com cerca de 20 pessoas, entre elas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oito ministros e três secretários, foi apresentado um conjunto de sugestões de indústrias e redes para melhorar a eficiência e a produtividade do setor. E os reflexos dessas medidas podem diminuir custo dos alimentos e reduzir preços ao consumidor, disseram entidades à Lula.

Na prática, trata-se de um antigo conjunto de solicitações que, pelo menos, há uma década está na mesa do setor. As associações não conseguiram tirar as pautas da gaveta, em diversas interlocuções com ministros e presidentes, e agora, isso pode avançar pela necessidade de o governo mostrar que está agindo frente à alta da **inflação**, disseram interlocutores a par das conversas.

Segundo a Abras, que representa o varejo alimentar, a proposta envolve, por exemplo, reestruturar o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para permitir o fim da cobrança de altas taxas, pagas pelas lojas, sobre a venda de produtos por meio de cartões de benefícios de alimentação e refeição-convênio.

"Chega-se a pagar 10% de taxa sobre a venda, mesmo em redes grandes. Uma cobrança menor poderia ser revertida em margens melhores e em repasse a preços." Para que isso avance, no entanto, teriam que negociar com as emissoras de cartão, que no passado já criticaram a proposta.

As sugestões envolvem ainda a venda de remédios sem necessidade de receita nos supermercados, o que pode reduzir os seus preços em 35%, diz a nota da entidade. A ampliação da cesta de produtos à venda nas lojas ainda poderia melhorar a lucratividade do setor e levar a um repasse ao mercado.

Esse é um dos temas mais controversos entre as medidas pela reação das farmácias à sugestão, que

ontem criticaram duramente a possibilidade.

Outra sugestão refere-se à modernização do sistema de prazos de validade dos produtos e à redução do prazo de reembolso dos cartões de crédito, que também dependeria de uma negociação com as companhias do setor.

No caso da validade de produtos, desde 2021, pelo menos, empresas buscam uma flexibilização da norma, intitulada "best before". Ela flexibiliza a regra de validade definida pelo Código do Consumidor - algo que as redes sociais ontem estavam chamando de venda de produtos da "xepa".

As entidades querem que o consumo de produto não perecíveis possa ocorrer apenas preferencialmente até determinada data, definida na embalagem. Com isso, caberá ao consumidor avaliar se leva a mercadoria ou não. Isso reduz desperdícios e custos com produtos vencidos nas lojas.

Para Costa, o preço dos alimentos subiu porque as chuvas comprometeram muitos locais de produção. A expectativa do governo, segundo ele, é que a safra seja muito melhor agora, o que vai contribuir para barateamento dos alimentos.

"A exportação e o consumo também pressionam o preço dos alimentos. O comerciante vai testando para ver se a sociedade consegue pagar esse aumento. Isso nós vamos monitorar e acompanhar daqui pra frente [elevação de preços]. Não adianta o salário subir se os preços sobem na mesma proporção", afirmou.

Numa reunião ministerial realizada na segunda-feira (20), Lula cobrou de seus ministros um programa para baixar o preço dos alimentos no país e pediu rapidez.

O ministro da Casa Civil ainda voltou a dizer ontem que, apesar do debate junto a varejo e indústria, há um compromisso de Lula com o equilíbrio fiscal. "Se não há equilíbrio fiscal, quem paga contas mais caras são os mais pobres."

Na práticas, nas tratativas entre governo, empresas e associações, os setores alegaram que não era o caso de simplesmente reduzir margens, porque o setor tem rentabilidade baixa. De cada R\$ 100 vendidos, a margem líquida varia de R\$ 2 a R\$ 4, segundo balanços públicos. Mas seria preciso buscar medidas que cortem seus custos de operação, e repassar o efeito ao mercado.

A questão é que isso não é uma tarefa fácil, dizem as próprias empresas, sob condição de anonimato. As ações não são garantia de preços mais baratos nas

gôndolas. Varejistas de alimentos - boa parte delas com ações em bolsa, como GPA, Carrefour, Grupo Mateus, Assaí - tem seus acionistas a quem devem dar resultados, e eventuais ações que melhorem produtividade não têm impacto tão amplo ou imediato em todo o setor.

E mesmo que entendam que eventuais medidas podem tornar o negócio mais eficiente e rentável, e reduzir preços, uma operação de varejo é um negócio complexo.

Há diferentes variáveis afetando a operação ao mesmo tempo - de acordos comerciais globais, volumes de safra à necessidade de atingir determinados níveis de dividendos aos acionistas, sob pena de perderem investidores caso estratégias não se mostrem acertadas

"O que derruba governos é a **inflação** de alimentos", lembrou ontem um empresário de varejo, que esteve no encontro com Lula.

Caso as medidas realmente avancem, via projeto de lei, indústrias e redes podem esperar um embate de setores contrários às medidas.

Segundo a Abrafarma, associação das farmácias, os medicamentos sem prescrição são uma importante fonte de receita para o setor da farmácia, representando cerca de 30% das vendas, e o impacto econômico da medida seria "desastroso".

"É falacioso o argumento de que os supermercados venderiam medicamentos com preços até 35% mais baixos. Nós monitoramos preços de mais de mil itens comuns a farmácias e supermercados, e estes estabelecimentos vendem mais caro em 50% das vezes?", afirmou Sergio Mena Barreto, presidente da Abrafarma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1>

Intervenção artificial para derrubar inflação não funciona, alertam economistas

Economistas dizem ter dúvidas sobre o potencial de impacto das medidas aventadas pelo governo sobre os preços dos alimentos e lembram que episódios passados de tentativas de domar a **inflação** artificialmente não deram certo.

O grupo "Alimentos e bebidas" no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **inflação** oficial do país, subiu 7,69% em 2024, após alta de apenas 1,03% no ano anterior. A alimentação no domicílio, especificamente, saltou 8,23%, depois de registrar rara deflação em 2023, de 0,52%. Apenas as carnes, caras à retórica do presidente Lula, viram os preços saltarem quase 21%. Todos subiram acima do IPCA em 2024 (4,8%).

Reportagem do Valor mostrou que o fenômeno climático El Niño respondeu por 2,25 pontos percentuais da alta na alimentação em casa em 2024 e, embora isso não deva se repetir em 2025, os preços de alimentos não devem ter grande alívio neste ano, diante de outras pressões, como o dólar. A mediana do mercado espera **inflação** de 6,4% para a alimentação no lar em 2025, segundo a pesquisa Focus do Banco Central.

"Parece que os instrumentos são muito limitados para o governo conseguir efeito relevante sobre preços de alimentos", diz Alexandre Maluf, economista da XP.

Andrea Angelo, estrategista da Warren Investimentos, afirma não acreditar que medidas como as cogitadas ajudariam a reduzir os preços. Segundo ela, o eventual "espaço" criado pode virar margem para as empresas.

Em 2024, o valor da cesta básica aumentou nas 17 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realiza pesquisa, sendo as maiores altas em João Pessoa (11,9%), Natal (11%) e São Paulo (10,6%), onde Lula ganhou em 2022 por margens apertadas, e Campo Grande (10,4%), onde perdeu para Jair Bolsonaro.

Nos cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a faixa de renda baixa registrou a maior alta inflacionária em 2024 (5%). Vales ou vouchers são uma possibilidade, mas que não necessariamente se traduzem em queda de preços,

observa Maluf.

Ele lembra ainda que, historicamente, intervenções sobre o setor não são bem-sucedidas. "Intervenções na formação de preços tendem a não ser bem-sucedidas no médio prazo", afirma.

Nesse sentido, Andrea Damico, CEO da consultoria Buysidebrazil, diz ver "com muita preocupação" as discussões atuais. Segundo ela, medidas do tipo minam a credibilidade da gestão macroeconômica do governo, que já é baixa no que diz respeito, por exemplo, à política fiscal, o que, inclusive, levou à elevação do prêmio de risco doméstico e à deterioração dos preços dos ativos brasileiros.

"O que funciona para controlar preço, qualquer que seja, é a política monetária. Qualquer outro tipo de medida alheia a essa não funciona, nem teoricamente nem empiricamente", diz Damico.

Ela recorda que, no governo de Dilma Rousseff (PT), houve tentativas de segurar preços administrados (definidos por contrato ou órgão público), como de energia e de gasolina. "Teve seu efeito temporário, mas, depois, teve uma explosão dos preços. No final, não adiantou de nada. Esse é um "case" importante para ser lembrado."

A situação mostra que o governo "está com um mindset errado para combater a **inflação**", diz Damico. "A forma correta seria deixar o BC trabalhar, e não tentar, por meios escusos, baixar a **inflação** na marra", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1>

Perse: depois da tempestade não vem a bonança - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Túlio Terceiro Neto Parente Miranda é mestre em direito tributário na USP, professor da pós-graduação do IBET e sócio do Rivitti Dias Advogados

De acordo com o IBGE, 70% das empresas fundadas no país fecham em menos de dez anos de atividade. Na pandemia, a situação se agravou, reduzindo de forma acentuada os postos de trabalho. O nível de desocupação da população chegou a 14,9%, atingindo 15,2 milhões de desempregados.

Passado a crise sanitária, no Brasil, os seus efeitos econômicos ainda são sentidos. Segundo dados da B3, durante a pandemia, quase 10 milhões de empresas foram abertas, mas pelo menos metade delas já encerraram suas atividades.

Diante dessas consequências, foi editada a Lei nº 14.148, instituindo o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Embora o nome faça alusão ao setor de eventos, o programa foi concebido como um instrumento de compensação para os setores econômicos mais afetados com as medidas de enfrentamento da pandemia.

Ao longo dos anos, o Perse por alterações legislativas, que reduziram o seu alcance. A versão final do texto legal concedeu uma desoneração tributária significativa, reduzindo a zero, por até 60 meses, as alíquotas de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os resultados e receitas auferidos pelas pessoas jurídicas que atuassem em determinadas atividades econômicas. A condição para usufruir desse estímulo fiscal era que, em 18 de março de 2022, a empresa exercesse as atividades listadas na lei e, em alguns casos, fosse cadastrada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

O benefício fiscal foi regulamentado pela **Receita Federal** (RFB), por meio da Instrução Normativa (IN) nº 2195/2024, que reiterou que a desoneração foi concedida para a pessoa jurídica e não para seus estabelecimentos individualmente considerados. De acordo com a citada norma, para usufruir da redução tributária, as empresas precisavam fazer um requerimento prévio junto à RFB, com a inscrição da matriz, o que asseguraria a sua aplicação para todos os seus estabelecimentos.

No entanto, em outubro de 2024, a RFB publicou um Manual do Perse, indicando que a verificação das condições para aproveitamento da redução de alíquota seria feita por cada estabelecimento, e não por toda pessoa jurídica. Pouco tempo depois, empresas que já tinham tido a habilitação deferida pela RFB receberam notificação de "malha fina", informando que alguns estabelecimentos poderiam usufruir da redução, enquanto outros, abertos depois de 22 de março de 2024, não teriam direito ao benefício.

Esse novo posicionamento da RFB gerou apreensão entre os contribuintes, principalmente em virtude da possibilidade de materialização de uma contingência fiscal inesperada, com cobrança dos **tributos** que não foram recolhidos em razão da desoneração que fora concedida.

O Fisco, ao limitar a aplicação da redução tributária aos estabelecimentos existentes, encolhe inevitavelmente a extensão do benefício fiscal, que foi instituído para beneficiar toda entidade empresarial, abrangendo a totalidade dos seus estabelecimentos.

Essa diretriz legislativa considera a própria dinâmica dos **tributos** envolvidos, pois o IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, por lei, são apurados de forma centralizada pela matriz, incidindo sobre as receitas e lucros globais da pessoa jurídica, levando em conta todas as suas unidades.

Além disso, o estabelecimento não possui personalidade jurídica autônoma e não deve ser tratado como uma entidade distinta da sociedade empresária. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão no Tema 614 de recurso repetitivo, já deixou claro que a criação de filiais não afasta a unidade patrimonial da pessoa jurídica, o que reforça o entendimento de que a desoneração tributária deveria se aplicar à empresa como um todo.

A atitude da **Receita Federal** parece refletir uma insatisfação com a decisão do legislador e uma tentativa de reverter a política fiscal adotada pela União.

O Fisco, em vez de executar o que a lei prescreve, passou a aplicá-la da forma que gostaria que ela tivesse sido escrita, para reduzir o alcance do

incentivo tributário. Além de revelar uma deslealdade para com os contribuintes-que acreditaram na legitimidade do benefício fiscal - representa uma afronta ao estado de direito e à separação de poderes, pois, se o Executivo é livre para cumprir a lei da forma que mais lhe convier, torna sem sentido a existência da própria lei.

De igual modo, a interpretação dada pela RFB subverte a intenção do legislador, tendo em vista que o benefício foi concebido para contribuir com a retomada econômica das empresas. Se elas fecharam estabelecimentos em época de crise, a desoneração do Perse deveria ser justamente um estímulo à criação de novas unidades, originando novos postos de trabalho.

A aplicação restritiva da desoneração, como vem sendo feita pela **Receita Federal**, prejudica exatamente as empresas que, após a crise, estão tentando se reerguer, gerando, na realidade, um ciclo vicioso de desincentivo à retomada econômica.

Se forem cobrados os **tributos** reduzidos, em relação aos estabelecimentos criados depois de 22 de março de 2022, as empresas a quem a lei estendeu a mão, na prática, serão, contraditoriamente, castigadas por terem aceitado a mão estendida.

É essencial que a **Receita Federal** reveja sua postura, garantindo, em relação ao Perse, a legalidade e a estabilidade do ambiente tributário. A manutenção da confiança dos contribuintes no sistema fiscal é um elemento crucial para o processo de recuperação econômica do próprio país. A ver.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188097?page=1§ion=1)**